

minado para preenchimento de um lugar técnico superior, área Geografia, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 106, de 01/06/2010.

27 de Outubro de 2011. — A Presidente da Câmara Municipal, *Ana Cristina Ribeiro*.

305305219

MUNICÍPIO DE SANTANA

Aviso n.º 22405/2011

Para os devidos efeitos, torna-se público que por meu despacho de 04 de Novembro de 2011, ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e da Lei n.º 67/2007 de 31 de Dezembro, designei para o cargo de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Santana, o Sr. Vereador João Gabriel Jardim Caldeira a quem, além das funções que lhe estão atribuídas, caberá substituir o Presidente da Câmara Municipal de Santana, nas suas faltas e impedimentos.

4 de Novembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Rui Moisés Fernandes Ascensão*.

305326596

MUNICÍPIO DE VALENÇA

Aviso n.º 22406/2011

Contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e nomeação do júri do período experimental

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, no seguimento dos resultados obtidos nos procedimentos concursais abertos por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 7 de Janeiro de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os seguintes trabalhadores:

Anabela Alves Pereira — Assistente Técnico — Área funcional Administrativa, a partir de 02 de Novembro de 2011;

A remuneração será correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível 5, no valor de €683,13€;

Judite de Fátima Fernandes Loureiro Rocha e Ana Maria Alonso Andrez Abreu — Assistente Operacional — Área funcional de Auxiliar de Acção Educativa, a partir de 02 de Novembro de 2011;

António Carreira Rodrigues e Maria de Lurdes Sousa Gonçalves — Assistente Operacional — Área funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 02 de Novembro de 2011;

Natércia Maria Mota Alves Fernandes e Graça Maria Alves Moreira Passos — Assistente Operacional — Área funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 03 de Novembro de 2011.

A remuneração será correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível 1, no valor de €485,00.

Para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugado com o n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o Júri do período experimental tem a seguinte composição:

Presidente: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão Administrativa;

Vogais efectivos: Paulina Marinho Soares, Assistente Técnica, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e Aida Maria Chedas da Cunha;

Vogais suplentes: Carmen Susete Marques de Faria Tavares, técnica superior e Eugénia da Purificação Guterres Pereira, Assistente Técnica.

3 de Novembro de 2011. — A Vereadora, com competência delegada, *Elisabete Maria L. A. Domingues*.

305326903

Aviso n.º 22407/2011

Cessaçao de relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação

Para efeitos do disposto no artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que cessou, por motivo de

aposentação, a relação jurídica de emprego público dos seguintes trabalhadores:

José Fernandes Gonçalves — carreira/categoria de Assistente Operacional, 4.ª posição remuneratória, nível 4, desligado do serviço em 01/09/2011;

Manuel dos Santos Caraux e Alfredo Ventura Rodrigues Caldas — carreira/categoria de Assistente Operacional, 8.ª posição remuneratória, nível 8, desligados do serviço em 01/10/2011;

4 de Novembro de 2011. — A Vereadora, com competência delegada, *Elisabete Maria L. A. Domingues*.

305327121

MUNICÍPIO DE VILA DO PORTO

Edital n.º 1133/2011

Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto:

Torna público que, de harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 15 de Setembro de 2011, e pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 29 de Setembro de 2011, foi fixada a aplicação do percentual de 0,25 % para o apuramento do valor da taxa municipal de direitos de passagem (TM DP), a aplicar no ano de 2012, sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para efeito do disposto no artigo 106.º, n.º 2, alínea b) da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro.

Para constar e surtir os devidos efeitos se publica o presente edital, que vai ser afixado nos lugares do estilo e para efeitos de publicação integral na 2.ª série do *Diário da República*.

28 de Outubro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Carlos Henrique Lopes Rodrigues*.

305310605

MUNICÍPIO DE VIMIOSO

Despacho n.º 15441/2011

Despacho de nomeação para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau — Chefe da Divisão Financeira

José Baptista Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) no n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, em conjugação com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20/04, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7/06, nomeio, em regime de comissão de serviço, Chefe de Divisão Municipal da Divisão Financeira, do mapa de pessoal desta Câmara Municipal, a técnica superior Solange de Jesus Rodrigues Delgado, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, candidata seleccionada no âmbito do procedimento concursal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 16/09/2011; no jornal “Diário de Notícias”, de 19/09/2011; na Bolsa de Emprego Público, em 19/09/2011, com o código da oferta: OE201109/0195, em cumprimento do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30/08, Lei n.º 64-A/2008, de 31/12 e Lei n.º 3-B/2010, de 28/04, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20/04, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7/06 e pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10.

A nomeada reúne os requisitos legais para provimento do cargo de Direcção Intermédia de 2.º Grau — Chefe de Divisão, conforme proposta de nomeação, formulada pelo júri do respectivo procedimento em cumprimento do n.º 6 do artigo 21.º do citado diploma legal, preenchendo as condições para ocupar o cargo, conforme se constata pela nota curricular, em anexo.

ANEXO

Nota Curricular

Nome: Solange de Jesus Rodrigues Delgado

Data de nascimento: 16 de Dezembro de 1981

Habilitações Académicas: Licenciatura em Economia na Faculdade de Economia do Porto

Formação Complementar: Curso de “Competências para a liderança” realizado no SIAP; Curso de “Formação para a Integração Profissio-

nal”; Seminário “Dinâmicas Empresariais”, realizado na Faculdade de Economia do Porto; Curso de “Contabilidade e Gestão” realizado no Centro das Empresas Agrícolas Vimiosenses; Curso de “Formação Inicial de Formadores”, realizado na RH Center, no qual obteve o Certificado de Aptidão Profissional; Curso de “Gestão de Recursos Humanos”, promovido pela Associação das PME — Pequenas e Médias Empresas de Portugal; Curso de Formação Profissional de “Contabilidade Autárquica”, realizado no STAL; IV Seminário Transfronteiriço “Protocolos e Cooperação Transfronteiriça”; Curso de “Atendimento na Administração Autárquica” realizado no Instituto Superior de Línguas e Administração de Bragança; Curso “A Nova Lei das Finanças Locais” realizado pelo Instituto de Gestão e Administração Pública; Curso “O Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e o Desenvolvimento Regional e Local” realizado no Instituto de Gestão e Administração Pública; Curso “Fundamentação Económico-Financeira relativa ao valor das Taxas Municipais” realizado pelo Instituto de Gestão e Administração Pública; Curso “Contabilidade de Custos” realizado pelo CEFA em Vimioso; Curso “Consolidação de Contas de SNC em POCAL” realizado pelo Instituto de Gestão e Administração Pública em Bragança; Formação Transfronteiriça para Projectos Aprovados na 2.ª Convocatória do POCTEP (Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha — Portugal).

Experiência Profissional:

Estágio profissional no Município de Vimioso, na Divisão Financeira, de 1 de Maio de 2005 a 31 de Janeiro de 2006;

Contrato de um ano como técnica superior de 2.ª Classe — Economista, no Município de Vimioso, exercendo as funções de Coordenação do III Quadro Comunitário de Apoio, iniciado a 1 de Fevereiro de 2006 e posteriormente renovado a 1 de Fevereiro de 2007;

Iniciou funções como técnica superior de 2.ª Classe — Economista, do quadro Privativo da Câmara Municipal de Vimioso, em 26 de Junho de 2007;

Nomeação, em regime de substituição, Chefe de Divisão Financeira da Câmara Municipal de Vimioso, a 1 de Julho de 2011.

4 de Novembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *José Baptista Rodrigues*.

305320025

MUNICÍPIO DE VISEU

Aviso n.º 22408/2011

Anulação de procedimento concursal

Hermínio Loureiro de Magalhães, Vereador da Câmara Municipal de Viseu, no uso da competência delegada:

Torna público que, por deliberação do Órgão Executivo de 18 de Agosto de 2011, foi anulado o procedimento concursal anteriormente aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 11, de 17 de Janeiro de 2011, para ocupar um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior — Área Agronómica, em virtude da deficiente elaboração do aviso de abertura do concurso, no que se refere à habilitação académica.

Mais deliberou abrir novo procedimento concursal para a mesma carreira/categoria de Técnico Superior — Área de Engenharia Agronómica, com o requisito habilitacional de Licenciatura em Engenharia Agronómica e respectivo comprovativo da Habilitação Profissional.

13 de Setembro de 2011. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Hermínio Loureiro de Magalhães*, Dr.

305285901

FREGUESIA DE AVÔ

Aviso n.º 22409/2011

Procedimento concursal comum para contratação de dois postos de trabalho de Assistente Operacional no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Para efeitos do disposto no artigo 19.º, n.º 1, alínea a) e n.º 3 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, torna-se público que por deliberação da Junta de Freguesia de Avô de 17 de Setembro de 2011, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, para preenchimento dos seguintes postos de trabalho previsto no mapa

de pessoal da Junta de Freguesia de Avô para 2011, com dispensa dos procedimentos a que alude o n.º 1 do artigo 4.º da referida Portaria, conforme entendimento divulgado pela Direcção-Geral de Administração e do Emprego Público: 2 Postos de Trabalhos para a carreira de Assistente Operacional, na categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais);

1 — Identificação do acto: Abertura de Procedimento Concursal Comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho, previstos e não ocupados, no mapa de pessoal da Freguesia de Avô para 2011.

2 — Postos de trabalho a ocupar e modalidade da relação jurídica: Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado, para o exercício de funções de assistente operacional (2 postos de trabalho na área de Auxiliar de Serviços Gerais).

3 — Local de trabalho: Área da Freguesia de Avô;

4 — Caracterização do posto de trabalho:

Referencia A: Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 1, procede à remoção de lixos e equiparados, varredura e limpeza de ruas, limpeza de sarjetas, lavagem das vias públicas, limpeza de chafariz, remoção de lixeiras e extirpação de ervas.

Referencia B: Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 1, assegura o normal funcionamento dos serviços da Junta e dos CTT.

5 — Posição remuneratória: O posicionamento remuneratório dos trabalhadores obedece ao disposto no artigo 55.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro e 3-B/2010, de 28 de Abril, em observância aos limites e restrições impostos pelo artigo 26.º da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — Requisitos gerais: os previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a saber:

a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição da República Portuguesa, convenção internacional ou lei especial;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis no exercício das funções;

e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7 — Os candidatos são dispensados da apresentação de documentos comprovativos dos requisitos a que se referem as alíneas a) a e) do n.º 6.1. do presente Aviso sendo que declaram, sob compromisso de honra, no próprio requerimento, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma delas;

8 — Âmbito do recrutamento: O recrutamento faz-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nos termos previstos no artigo 6.º, n.º 4 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

9 — Considerando os princípios constitucionais da economia, eficácia e eficiência da Administração Pública, no caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por aplicação do disposto no número anterior, alarga-se a área de recrutamento aos trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação de emprego público previamente estabelecida conforme Deliberação da Junta de Freguesia de Avô, de 17 de Setembro 2011.

10 — Nível habilitacional exigido: escolaridade obrigatória.

11 — Não podem ser admitidos candidatos que cumulativamente se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento;

12 — Prazo, forma, local e endereço postal para apresentação da candidatura;

12.1 — Prazo: 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de Abril.

12.2 — Forma, local e endereço postal: as candidaturas deverão ser formuladas em suporte papel, contendo os elementos previstos no artigo 27.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de Abril, mediante preenchimento de modelo específico, de utilização obrigatória, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio de 2009, disponível em <http://www.freguesiadeavo.com>, dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, acompanhado de *curriculum vitae*, de fotocópia do certificado de habilitações e dos comprovativos de formação profissional e da experiência profissional.